



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47

**ATA DA TRICENTÉSIMA VIGÉSIMA OITAVA
SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 12
DE DEZEMBRO DE 2018.**

Às catorze horas e vinte e cinco minutos do dia doze dezembro de dois mil e dezoito, reuniram-se, na sala das sessões dos Órgãos Colegiados, os membros do Conselho Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso, para realização da tricentésima vigésima oitava sessão ordinária, sob a presidência de Myrian Thereza de Moura Serra, contando com a presença dos conselheiros: Aclyse de Mattos, Aline Beatriz Mucellini, substituindo a Tereza Christina Mertens Veloso, Amilcar Sabino Damazo, substituindo Bianca Borsatto Galera, Analy Castilho Polizel, Antonio de Arruda Tsukamoto Filho, Audi Nestor de Souza, Bismarck Castilho, substituindo Margarida Marchetto, Audi Nestor de Souza, Bruno César Souza Moraes, Carlos Eduardo Silva e Souza, Cássia Carraco Palos, Cecilia Fukiko Kamei Kimura, Claudia Aparecida Martins, Danifan Madalena Cunha Leite, Edson Godoy, Ellen Luiza Gomes de Araujo, Elizabeth Aparecida Furtado de Mendonça, Einsten Lemos de Aguiar, Erivã Garcia Velasco, Evandro Aparecido Soares da Silva, Fabrício Lima da Paz, Fernando Tadeu de Miranda Borges, Florivaldo F. Santos, substituindo Lisiane Pereira de Jesus, Francielli Cristina Francio Vicentini em substituição a Roberto Carlos Beber, Guilherme Luz Emerick, Heinster Frederich Leal dos Santos, João Bosco Pereira Cajueiro, João Paulo de Azevedo, representando a Dirceu Grazel, Léia de Souza Oliveira, Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque, Loyse Tussolini, Luana Caroline Kawamura, Luiz Guilherme Carvalho, Luzia Machado de Melo, Marcos André Carvalho, Maria Auxiliadora de Arruda Campos, substituindo a Patrícia Silva Osório, Matheus Henrique de Moraes Junqueira de Araujo, Marluce Aparecida Souza e Silva, Mauro Lucio Naves Oliveira, Ozerina Victor de Oliveira, Paulo César Correa da Costa, Paulo Jorge da Silva, Paulo Roberto Alves de Oliveira, Rauge da Silva Lima, Roberto Boaventura da Silva Sá, Roberto Lopes de Souza, Rose Cléia Ramos da Silva, substituindo Tatiane Lebre Dias, Rosevaldo de Oliveira, Samira Rischette Marcon em substituição a Aurea Christina de Paula Corrêa, Tânia Regina Kinasz de Oliveira, e os convidados Domingos Sálvio Santana, Secretário de Gestão de Pessoas, Eunice Pereira dos Santos Nunes, Secretária de Tecnologia e Adriano Aparecido de Oliveira, Secretário da SINFRA, sendo justificadas as ausências dos conselheiros: Bianca Borsatto Galera, Evando Carlos Moreira, Flávia Maria de Barros Nogueira, Ilce de Oliveira Campos, Iramaia Jorge Cabral de Paulo, Eduardo Henrique Bevitori Kling de Moraes, Ismael de Barros Rocha, Nicolau Elias Neto, Leandro Denis Battirola, Roberto Beber, Vinícius Hipólito, Tatiane Lebre Dias, Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa, Dirceu Grasel e Marillin C. Cunha Tedesco e Tereza Christina M. Aguiar Veloso. Iniciando a sessão, a Presidente cumprimentou os presentes e em seguida colocou em apreciação a ata da tricentésima vigésima sétima sessão, que foi aprovada, com 41 votos favoráveis e 02 abstenções, com a emenda apresentada pela conselheira Thania Regina Kinasz de Oliveira para constar a justificativa apresentada para o pedido de vista ao processo que dispõe sobre a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



48 política de alimentação da UFMT. Em seguida, a Presidente colocou em
49 apreciação a pauta, tendo a conselheira Ellen Luiza Gomes de A. R. Pinheiro
50 solicitado a inclusão da terceira proposta sobre a política de alimentação a qual
51 foi enviada a todos os conselheiros, por email. A Presidente considerou que os
52 pontos 1, 2 e 3 da proposta apresentada pela conselheira Ellen Luiza Pinheiro
53 está relacionada ao item 02 da pauta, política de alimentação e poderá ser
54 discutida conjuntamente e quanto ao ponto 4 da proposta considerou que é
55 prerrogativa da Reitora, não cabe discussão neste Conselho. Em votação, a
56 pauta foi aprovada sem alteração, com uma abstenção. Prosseguindo a pauta,
57 em informes, o conselheiro Florisvaldo Fernandes manifestou sobre os
58 questionamentos de diretores (as) e professores sobre a Resolução CONSEPE
59 Nº 41/2016 e sugeriu solicitar ao CONSEPE a constituição de uma comissão
60 para rever a citada resolução. A Presidente acolheu a sugestão e encaminhará
61 a proposta para o CONSEPE, considerando as divergências entre PIA,
62 progressão funcional e a Resolução CONSEPE ° 41/2016. A conselheira
63 Marluce Souza e Silva também indagou sobre a discussão da Resolução
64 158/2010 que estava em pauta no CONSEPE. A Presidente observou que
65 como são matérias relacionadas, a comissão poderá apresentar sugestões de
66 encaminhamentos. Continuando, o conselheiro Rauge Lima da Silva
67 questionou sobre o regimento do CONSUNI. A Presidente manifestou sobre os
68 questionamentos das atribuições do CONSEPE E CONSUNI e da proposta de
69 constituir comissão nos dois conselhos para definir essas atribuições e no
70 CONSUNI também será constituída comissão na primeira reunião de 2019,
71 visando a elaboração da proposta de regimento do CONSUNI. A seguir, o
72 conselheiro Fernando Tadeu de Miranda Borges informou sobre as atividades
73 realizadas pela PROCEV em comemoração aos 48 anos da UFMT, iniciando
74 com a abertura da exposição em homenagem a Wladimir Dias Pino,
75 apresentação da Orquestra Sinfônica da UFMT com a Corda Toda, Coral e o
76 Presépio Vivo localizado próximo a Guarita I e convidou a todos para visitarem
77 a exposição e o presépio. Continuando, a conselheira Maria Auxiliadora
78 informou que a UFMT foi contemplada em dois Editais da FINEp, Chamada
79 Pública de manutenção preventiva e equipamentos de Biotérios, no valor de R\$
80 1.271.162,57 (um milhão duzentos e setenta e um mil, cento e sessenta e dois
81 reais e cinquenta e sete centavos) que atenderá 18 programas de pós-
82 graduação e no Edital Carta Convite, onde apenas oito instituições federais
83 foram contempladas e entre elas a UFMT, contemplando cinco sub projetos,
84 com a participação de vinte programas de pós-graduação da UFMT, no valor
85 de R\$ 2.520.734,70 (dois milhões, quinhentos e vinte mil, setecentos e trinta e
86 quatro reais) e agradeceu a SINFRA e aos programas de pós graduação pela
87 colaboração. A seguir, a conselheira Ellen Luiza Gomes manifestou que desde
88 a greve estudantil estudou sobre a política de alimentação e verificou que há
89 possibilidade de manter o valor de R\$1,00 da alimentação, disse que não está
90 satisfeita com a gestão dos pró-reitores e quem sofre as consequências pela
91 incompetência são os alunos e acrescentou que já apontou irregularidades com
92 o contrato do RU, passível de judicialização, entendendo que a Reitora não
93 está agindo de forma democrática. A Presidente manifestou que se sente
94 desrespeitada pela fala da conselheira Ellen Luiza Gomes e ressaltou que a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



95 UFMT é auditada pelo Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União,
96 Auditoria e quando houve suspeição de um gestor o mesmo foi afastado para
97 apuração. Em continuidade, o conselheiro Matheus Henrique M J. de Araujo
98 informou que na sessão do CONSUNI realizada no dia 13 de junho foi votado o
99 pedido da retirada dos nomes dos alunos que foram judicializados. O
100 conselheiro Evandro Aparecido Souza e Silva informou que na oportunidade
101 entrou em contato com a Oficial de Justiça e solicitou a retirada dos nomes dos
102 alunos dos cursos de Serviço Social e História e que ela faria a solicitação ao
103 juiz, porém não houve acompanhamento se realmente ocorreu. Em seguida, o
104 conselheiro Luiz Guilherme Carvalho informou sobre a realização da 8ª
105 Semana Científica, no câmpus do Araguaia, que contou com a participação de
106 professores, alunos e pesquisadores, com a apresentação de mais de
107 duzentos banners e participação efetiva dos alunos. A seguir, o conselheiro
108 Audi Nestor de Souza informou sobre a audiência pública para discussão da
109 proposta de retirada do calendário do estado de Mato Grosso, do feriado em
110 comemoração do dia da consciência negra, seguindo, indagou sobre o
111 processo que os alunos participantes do grupo de maracatu estão respondendo
112 devido ao barulho nos ensaios. O conselheiro Evandro Aparecido Soares da
113 Silva esclareceu que o processo foi movido pela Secretaria do Meio Ambiente
114 do município, devido a denúncia de moradores dos prédios próximos ao COT,
115 em virtude do barulho ocorrido no momento dos ensaios, de forma que acordou
116 com o grupo de maracatu e as atléticas para realizarem a guarda dos
117 instrumentos e os ensaios no espaço interior da Coordenação de Cultura e
118 também no SINTUF, sendo confirmado pela conselheira Léia de Oliveira que
119 os ensaios estão sendo realizados no SINTUF. Continuando, a conselheira
120 Cássia Maria C. Palos informou sobre a realização da Conferência Nacional da
121 Saúde e a UFMT foi contemplada para participar do edital para desenvolver o
122 projeto visando a realização da 16ª Conferência Nacional da Saúde e solicitou
123 a participação e contribuição dos institutos e faculdade que trabalham com o
124 tema para construção do projeto de extensão. O conselheiro Fabricio Paz
125 informou sobre a ocorrência de cerceamento de uso do espaço na Faculdade
126 de Direito e após a leitura de um documento, disse que apresentará em
127 assuntos gerais, uma proposta de moção de repúdio e recomendação sobre o
128 uso do espaço da Faculdade de Direito. Seguindo, o conselheiro Evandro
129 Aparecido Soares da Silva informou sobre a agenda realizada no Instituto
130 nacional de Pesquisa da Amazonia - INPA, juntamente com pesquisadores de
131 Sinop, cujo interesse principal é na Amazônia Meridional, sendo firmada uma
132 Carta de Intenções que possibilitará convênios em todas as áreas, além de
133 convênio com o Biotério do INPA e agradeceu aos professores e técnicos pela
134 iniciativa. Prosseguindo a pauta, a Presidente passou a palavra a conselheira
135 Tânia Regina Kinasz de Oliveira para apresentação do relato de vista sobre o
136 Processo nº 23108.990937/2018-03, requerente, Comissão constituída pela
137 Decisão 10/2018, dispõe sobre apreciação do relatório da comissão referente a
138 política de alimentação na UFMT. A seguir, a conselheira Tânia Regina Kinasz
139 esclareceu, inicialmente, que em virtude da decisão do conselho da Faculdade
140 de Nutrição, realizada em 29 de novembro de 2018, que decidiu levar o
141 assunto para as bases dos membros que compõe o referido conselho, elaborou

Esa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



142 um parecer parcial e sem voto, para cumprimento ao prazo estipulado em
143 reunião do Consuni, 30 de novembro e esse documento também foi utilizado
144 para subsidiar a reunião do Conselho da FANUT, sendo agendada nova
145 reunião para o dia 05 de dezembro, onde se aprovou os encaminhamentos e o
146 voto da faculdade sobre o assunto, destacando a relevância do trabalho da
147 Comissão CONSUNI, que se concretiza numa proposta de política de
148 alimentação que não se discutia há 16 anos, de forma que a definição desta
149 matéria tem um caráter emergencial, leu seu relato e votou nos seguintes
150 termos: favorável à aprovação do relatório apresentado pela Comissão de
151 trabalho designada pela Decisão CONSUNI Nº 10, de 16 de junho de 2018 e
152 pela aprovação da proposta 02 (dois) da Comissão, com resolução específica
153 que trate dos valores das refeições e propor através de resolução a definição, a
154 partir das indicações da comissão do CONSUNI, de normativa sobre o
155 Restaurante Universitário como equipamento da política de alimentação
156 contemplando: finalidade; forma de funcionamento; usuários; identificação dos
157 usuários, forma de registro e controle; subsídio das refeições; direito e
158 responsabilidades dos usuários; acompanhamento e avaliação – comitê e
159 solicitou a participação efetiva dos estudantes do curso de graduação em
160 Nutrição na Comissão de Acompanhamento e Avaliação. Em discussão, o
161 conselheiro Fabricio da Paz questionou sobre o voto da relatora, apresentado
162 ao plenário, porque não é o que está no SEI. A Presidente reforçou o
163 esclarecimento inicial da relatora que informou que em reunião da unidade no
164 dia 29/11/2018 a Congregação decidiu levar a matéria as bases, convocando
165 nova reunião para o dia 05/12/2018, assim, a relatora para atender o prazo
166 deliberado por deste Conselho lançou um voto preliminar e está apresentando
167 o voto complementar conforme deliberação da unidade. Seguindo, o
168 conselheiro Fabricio da Paz manifestou sobre a importância desta matéria que
169 demandou seis meses de discussão na comissão, a qual tinha que aprovar o
170 relatório para apresentar ao Consuni, o que não ocorreu, salientando que o
171 relatório tem inconsistências e entende que a comissão não terminou os
172 trabalhos, por isso na última reunião sugeriu não discutir a matéria, retornando
173 o processo a comissão e ponderou que o valor da refeição está equivocado,
174 porque é para refeição transportada e acrescentou que a comissão defende a
175 elaboração da refeição no RU, que resulta num menor valor. Seguindo, a
176 conselheira Ellen Luiza G. Araujo disse que se sente desgastada com a
177 questão e questionou como uma filial da empresa consegue fornecer refeição a
178 uma distância de 200 km, no valor de R\$ 9,40 e no município sede ao custo de
179 R\$11,00, salientando as condições sanitárias do ambiente, que no seu
180 entendimento desrespeita as normas da vigilância sanitária e disse que não
181 aceita o aumento do valor da refeição para R\$ 2,00, entendendo que a
182 proposta representa a retirada dos direitos dos pobres e negros. A conselheira
183 Danifan Madalena Cunha Leite questionou a relatora qual o membro do DCE
184 que participou do trabalho sobre o RU. A conselheira Tânia informou que esse
185 trabalho foi realizado em 2008 e o processo é físico, mas pode ser incluído no
186 SEI e nesse momento não tem o nome do representante. Continuando, o
187 conselheiro Luiz Guilherme Carvalho considerou a importância da matéria, fruto
188 da decisão deste Conselho, ensejada pelo movimento estudantil e lamentou

EJS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



189 que a comissão local de Cuiabá não tenham funcionado, informando que no
190 interior, os alunos se mobilizaram porque é uma pauta que refere-se
191 diretamente aos alunos, registrando que no câmpus do Araguaia a Comissão
192 Local reuniu toda semana, com a participação dos estudantes e docentes,
193 apresentando sugestões e subsidiando os membros da Comissão Central. O
194 conselheiro Rosevaldo de Oliveira manifestou que no câmpus de Rondonópolis
195 houve ampla discussão da matéria e expressou sua preocupação com a
196 discussão, entendendo a importância de se ter uma visão global da
197 Universidade e parabenizou a relatora pelo relato. Em seguida, manifestou
198 sobre o orçamento da UFMT, com um valor aproximado de um bilhão de reais,
199 questionando quanto desse valor está sendo investido em pesquisa, em
200 custeio, no pagamento da energia e sugeriu um estudo dos valores das
201 refeições e o funcionamento dos restaurantes em outras universidades e
202 ponderou sobre o orçamento da pesquisa, o custo dos laboratórios, que estão
203 sem equipamentos básicos, enquanto se direciona quase 20 milhões de reais
204 para o RU e não tem recursos para o pagamento da energia na UFMT e
205 reiterou sobre a responsabilidade na decisão deste Conselho. Seguindo, a
206 Presidente manifestou sobre o orçamento da UFMT, esclarecendo que 85% do
207 orçamento é destinado a pagamento de pessoal, R\$ 144.000.000,00 para
208 manutenção, R\$ 6.000.000,00 para investimento em equipamentos e obras de
209 todos os câmpus e R\$ 17.500.000,00 para a manutenção do RU.
210 Prosseguindo, o conselheiro Matheus Henrique de Moraes J. de Araujo lembrou
211 que na reunião passada convidou os conselheiros para fazerem uma refeição
212 no RU e se foram perceberam que pela qualidade, a comida não vale R\$10,00,
213 considerou a importância do RU e disse que universidade não existe sem os
214 alunos, ressaltando, ainda, o trabalho da comissão, que é fruto da greve dos
215 alunos e que a intenção é diminuir o custo da refeição, buscando outras
216 possibilidades, mas a discussão foi caminhando para manter a forma de
217 concessão e propôs mais debate sobre o relatório e não decidir hoje.
218 Prosseguindo, a conselheira Analy Castilho P. de Souza, esclareceu a forma
219 como a Comissão trabalhou, afirmando que o relatório corresponde aos
220 resultados das votações das discussões da matéria na comissão, sendo que a
221 medida que se discutia, a matéria era votada. Seguindo, a conselheira Analy
222 Polizel informou sobre o valor da refeição em Rondonópolis que no primeiro
223 contrato era superior a R\$ 11,00, devido a inexistência de empresa concorrente
224 na licitação, enquanto na nova licitação participaram mais de dez empresas e
225 observou que os problemas com a vigilância são da empresa anterior,
226 registrando que as duas propostas dos valores das refeições, constantes no
227 relatório da comissão, foram apresentadas por estudantes, membros da
228 comissão e ainda, que no relatório está garantida a isenção do pagamento do
229 valor da refeição aos estudantes que comprovarem vulnerabilidade sócio
230 econômica, através de processo analisado pela PRAE. Em continuidade, o
231 conselheiro Bruno Cesar de Moraes esclareceu sobre os contratos, informando
232 sobre a realização de estudos de viabilização e qual a melhor forma de
233 contratação do serviço para a UFMT, salientando que o contrato de limpeza é
234 por metro quadrado, não por servente e esses contratos são estudados pelo
235 Ministério do Planejamento e Gestão e quanto a diferença de preços dos

ER



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



236 serviços salientou que os contratos levam em consideração diversos fatores
237 que interferem nos preços. O conselheiro Bruno Cesar de Moraes considerou
238 também sobre a manifestação da conselheira Ellen Luiza Gomes no tocante as
239 auditorias, afirmando que a UFMT é auditada pela Auditoria Interna, Tribunal
240 de Contas, Ministério Público e CGU e sempre teve suas contas aprovadas e
241 sugeriu que qualquer dúvida seja apresentada diretamente a PROAD, para ser
242 esclarecida. Prosseguindo, a Presidente ao passar a palavra ao conselheiro
243 Roberto Boaventura informou que encerrará as inscrições ao final da fala do
244 conselheiro. Em seguida, o conselheiro Roberto Boaventura manifestou sobre
245 a proposta da congregação do Instituto de Linguagens ao CONSUNI, no
246 sentido de contribuir para resolver a situação de impasse sobre o RU, trazendo
247 a matéria para este Conselho, na tentativa de resolver efetivamente o momento
248 tenso que ocorria na instituição e também trazer para o CONSUNI a prática de
249 discussões de matérias que envolvem a dinâmica da universidade,
250 reconhecendo a importância da manutenção do restaurante para os
251 estudantes, porém, quanto ao impasse entre os membros da comissão sobre o
252 relatório, entende que isso precisa ser superado e precisamos primar pelo
253 diálogo para avançar, superando da melhor maneira as dificuldades na própria
254 comissão e considerou que o ano está terminando e pediu bom senso para que
255 todos consigam votar e não sairmos frustrados. Continuando, a conselheira
256 Marluce A. Souza e Silva manifestou sobre a forma do pedido de vista na
257 última reunião, sem que o Conselho conhecesse o relatório e nesta sessão o
258 parecer das vistas é pela aprovação do relatório da comissão, mas não
259 conhecemos o parecer original e manifestou sobre a diferença de valores de
260 preços, questionando se a empresa vencedora da licitação, não estaria
261 onerando o serviço que a universidade oferece ao aluno. A conselheira Marluce
262 Souza e Silva também considerou que o CONSEPE aprovou política de bolsas
263 e auxílios permanência para promover uma política de inclusão e o CONSUNI
264 corta esse benefício e chamou o conselho a pensar sobre a matéria,
265 salientando o grande número de evasão no seu instituto e grande parte
266 acontece pelas condições de vidas dos estudantes. A seguir, o conselheiro
267 Audi Nestor de Souza colocou ao conselheiro Rosevaldo que tem universidade
268 que oferece a refeição ao custo R\$ 0,70 (setenta centavos). O conselheiro
269 Rosevaldo ressaltou que a média geral das refeições nos RUs é de R\$ 3,00 a
270 4,00. Continuando, o conselheiro Audi Nestor manifestou sua dificuldade de
271 entender a forma como foi descartada a proposta de autogestão e não está
272 esclarecida a argumentação de que com a extinção dos cargos não se pode
273 contratar terceirizados para fazer a comida, mas lembrou que os motoristas são
274 terceirizados e salientou que esse não é um problema apenas numérico, ele
275 está em consonância com o que está acontecendo no Brasil e no mundo, de
276 paralisia da economia mundial e entende que a postura da universidade é
277 importante e sugeriu não encerrar a discussão neste momento e não está em
278 condições de votar o relatório e propôs maior discussão sobre a autogestão.
279 Em seguida, a conselheira Ellen Luisa Gomes disse que sentia contemplada
280 com a fala do conselheiro Audi Nestor e com relação a fala do professor
281 Rosevaldo de que temos que ter responsabilidade, disse que leu todos os
282 documentos de auditorias, depois que a professora Myrian Serra tomou posse



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



283 e argumentou que a UFMT tem um orçamento de um bilhão de reais e não dá,
284 sendo utilizado 1,66% do valor do orçamento é para alimentação e ainda
285 querem aumentar o valor do RU, acrescentando que o estudante não tem
286 direito um alimento digno, com asseio, comidas frias e transporte inadequado e
287 disse que a Empresa Novo Sabor não possui alvará para funcionar no RU e
288 nem para transportar alimentos, que são quatro anos de negligência, por isso
289 não aceita o aumento do RU e pede demissão dos pró-reitores. O conselheiro
290 Fabricio da Paz ressaltou que a Empresa Novo Sabor não tem alvará para
291 transportar alimentos em Cuiabá e salientou que o relatório da comissão não
292 foi finalizado e as propostas de valores não foram votadas pela comissão, por
293 isso na reunião passada solicitou voltar o processo para a comissão e
294 considerou que nos autos não consta o estudo de preços, entendendo que não
295 cabe a universidade defender uma empresa privada, temos de defender a
296 universidade pública, não a privatização. O conselheiro Matheus Junqueira de
297 Araujo observou que o objetivo da comissão era manter o preço da
298 alimentação e toda discussão teve deliberação consensual na comissão
299 paritária, até a discussão sobre orçamento, onde apresentaram a falta de
300 recursos, seguindo discutimos a proposta da autogestão e também fomos
301 vencidos e salientou sua preocupação visto que no processo não consta a ata
302 da comissão, aprovando esse relatório ou essas proposta de valores e
303 ressaltou que do montante do orçamento da universidade a diferença das
304 propostas é de R\$ 1.500.000,00, indagando se vale a pena aumentar o valor
305 do RU e nessa perspectiva deseja o diálogo e o consenso no CONSUNI e a
306 manutenção da alimentação no valor de R\$ 1,00. Prosseguindo, a conselheira
307 Erivã Garcia Velasco ressaltou que a discussão sobre política de alimentação
308 está em discussão desde o mês de fevereiro e, a partir de junho, foi
309 amplamente debatida nas reuniões da comissão constituída por estes
310 Conselho e concordou com o conselheiro Matheus Junqueira, que a comissão,
311 em diversos momentos teve decisões consensuadas e na discussão do
312 orçamento da UFMT, apresentado pelas técnicas da PROPLAN foi
313 desmembrado todo o recurso de custeio do orçamento, discutindo a fonte de
314 financiamento do RU e as fontes de investimentos na política de assistência e
315 permanência estudantil, ressaltando que nesse momento não ocorreu
316 consenso. A conselheira Erivã também concordou com o conselheiro Roberto
317 Boaventura no sentido de conferir ao CONSUNI o lugar de importância que tem
318 para discutir essa política e salientou que a UFMT mantém uma política de
319 alimentação subsidiada há 16 anos e em nenhum momento, a comissão ou
320 membro da comissão, falaram de não subsídio, ressaltando que tanto para a
321 proposta 1 ou 2 do relatório elas mantêm a perspectiva do subsídio,
322 esclarecendo que o FONAPRACE cobra do MEC recursos no valor de um
323 bilhão de reais para atender a política de assistência estudantil e isso é um
324 problema de orçamento nacional e destacou que a UNB utiliza 50% dos
325 recursos do PINAES para o restaurante universitário e essa é uma decisão que
326 não queremos. Seguindo, a conselheira Lennie Aryete D. P. Bertoque
327 esclareceu que o relatório foi construído pelos membros da comissão e após o
328 texto foi enviado a todos para contribuição e salientou a dificuldade da
329 Comissão devido à ausência de alguns membros e esclareceu sobre o

[Assinaturas manuscritas]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



330 entendimento da comissão da inviabilidade da proposta de autogestão,
331 principalmente pela extinção dos cargos e com base nos dados analisados a
332 comissão entendeu que não era possível manter o preço de R\$ 1,00 universal,
333 em detrimento, por exemplo, de material de consumo e contratação de serviços
334 terceirizados, demonstrando na discussão com os alunos, a importância desse
335 serviço principalmente nos câmpus do interior. Seguindo, a conselheira Lennie
336 Aryete esclareceu o equívoco na diferença dos cálculos apresentados sobre a
337 proposta 1, de manter R\$ 1,00 e a proposta 2, de R 2,00 em janeiro e R\$ 2,50
338 após 6 meses, na realidade a diferença é de R\$ 3.000.000,00. Em
339 continuidade, a conselheira Ozerina Victor de Oliveira destacou a importância
340 desse processo de discussão e do trabalho da comissão que considera o mais
341 democrático possível e consultou a conselheira Tania Kinasz se a proposta 2
342 da Comissão, referente ao valor da refeição, de R\$ 2,00 a partir de janeiro e
343 após seis meses R\$ 2,50, se é universal, sendo informado que a proposta 2
344 também é universal, incluindo os estudantes da pós-graduação. Prosseguindo,
345 a conselheira Léia de Souza Oliveira fez uma autocrítica com relação a não
346 participação dos técnicos na comissão, com exceção da servidora Eloisa do
347 câmpus do Araguaia, o que traz constrangimento para a categoria discutir e
348 decidir sobre o relatório, mas ressaltou que o impasse da própria comissão
349 também apresenta constrangimento para este Conselho e salientou que os
350 servidores técnicos administrativos da UFMT já publicaram uma decisão sobre
351 o RU, defendendo a autogestão e no seu ponto de vista a extinção de cargos
352 não impede a contratação de terceirizados para a autogestão e esta
353 possibilidade deve ser discutida e no seu entendimento pode diminuir custos,
354 sugerindo como encaminhamento que, primeiramente, a Comissão vote o
355 relatório antes da apreciação por este Conselho. A conselheira Léia Oliveira
356 também observou quanto a forma que a conselheira Ellen se manifesta sobre
357 os conselheiros, que no seu entendimento é desrespeitosa e incomoda, não
358 acreditando que neste conselho tenha conselheiros desonestos e que não
359 tenham compromisso com a universidade pública. Seguindo, o conselheiro
360 Roberto Boaventura apresentou questão de ordem para que o CONSUNI não
361 vote a matéria nesta sessão, considerando a importância da construção
362 coletiva do relatório e o impasse presente, retornando para deliberação da
363 Comissão e após, deliberação no CONSUNI, no final do mês de abril de 2019.
364 O conselheiro Rosevaldo de Oliveira observou que a manifestação do
365 conselheiro Roberto Boaventura não se trata de questão de ordem é um
366 encaminhamento. Seguindo, o conselheiro Heinsten Frederich Leal dos Santos,
367 membro da comissão descreveu o funcionamento da comissão que teve sua
368 primeira reunião dia 13/06/2018 e para compreensão dos fatos leu documento
369 aprovado nesta reunião contendo os objetivos, cronograma e metodologia, a
370 deliberação sobre a plataforma para socializar documentos, a forma de
371 comunicação através de lista de e-mails dos membros da comissão, a
372 deliberação de rodizio da coordenação e após estudos dos documentos e
373 discussão nas reuniões com técnicos da UFMT a comissão decidiu apresentar
374 as duas propostas para deliberação do CONSUNI e também a construção do
375 relatório. Prosseguindo, a Presidente manifestou-se observando que dezenove
376 conselheiros se inscreveram para discutir o relato e voto da conselheira Tânia e

Eisa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



377 cabe a este Conselho decidir e colocou em votação o voto da conselheira
378 Tânia, nos seguintes termos: favorável à aprovação do relatório apresentado
379 pela Comissão de Trabalho designada pela Decisão CONSUNI Nº 10, de 16 de
380 junho de 2018; pela aprovação da proposta 2, constante no relatório final da
381 Comissão, referente ao valor das refeições; proposição de resolução que
382 defina a partir das indicações da Comissão normativa sobre o Restaurante
383 Universitário, como equipamento da Política de Alimentação que contemple:
384 finalidade; forma de funcionamento; usuários; identificação de usuários, forma
385 de registro e controle; subsídio das refeições; direitos e responsabilidade dos
386 usuários; acompanhamento e avaliação – comitê; participação efetiva dos
387 estudantes do curso de graduação em Nutrição na Comissão de
388 acompanhamento e Avaliação e resolução específica que trate dos valores do
389 restaurante Universitário, após aprovação da proposta. Em votação, o voto da
390 conselheira Tânia Regina Kinsasz de Oliveira recebeu 23 (vinte e três) votos
391 favoráveis, 10 (dez) votos contrários e 11 (onze) abstenções votos. Seguindo,
392 os conselheiros Matheus Henrique M. Junqueira e Fabricio da Paz solicitaram a
393 recontagem dos votos. Ato contínuo, a Presidente procedeu a segunda votação
394 do voto de vistas da conselheira Tânia Regina Kinsasz, sendo aprovado com 24
395 (vinte e quatro) votos favoráveis, 12 (doze) contrários e 08 (oito) abstenções,
396 consubstanciando a Decisão nº 19/2018 e Resolução CONSUNI Nº 23/2018.
397 Seguindo, o conselheiro Roberto Boaventura declarou seu voto de abstenção,
398 “porque não se sentiu confortável para votar o relato e por não ter seu pedido
399 de questão de ordem acatado que levava este conselho a uma decisão mais
400 amadurecida e como foi acho que erramos”. O conselheiro Fabricio da Paz
401 declarou sua abstenção da seguinte forma: “o que aconteceu aqui é a
402 reprodução do venho vivenciando na universidade, greve dos estudantes, falta
403 de diálogo e essa visão de gestão empresarial na universidade e disse que
404 espera que no próximo ano não esteja aqui votando a terceirização da mão de
405 obra dos professores e solicitou a Presidente deixasse claro que a proposta 2
406 aprovada foi o aumento do RU para R\$ 2,00 e depois R\$2,50 e o aumento dos
407 lucros do grupo Leila Maluf”. A seguir, a conselheira Ellen Luiza G. Rabelo
408 Pinheiro, declarou “que votou contra porque estudou todos os documentos da
409 UFMT que mostram que tem dinheiro de sobra para a manutenção do RU e os
410 alunos estão sendo escapelados e sempre foi esse objetivo, retirar o direito
411 dos alunos, nós vamos procurar nossos direitos no Ministério público, cadê a
412 PROPLAN que não consegue manter o RU a R\$ 1,00”. Continuando, o
413 Conselheiro Marcos de Carvalho declarou a abstenção “porque o IB fez o
414 encaminhamento de discutir mais a questão para esclarecer todas as dúvidas e
415 a congregação aprofundar a discussão sobre a matéria, assim como fez a
416 conselheira Tânia Kinsasz, já que o relatório apresentava duas propostas e
417 concordou com professor Roberto Boaventura da necessidade de mais tempo
418 para discutir o assunto”. Seguindo, a conselheira Léia de Oliveira declarou “que
419 a posição do Sintuf foi que levaria a matéria para assembleia, mas não ocorreu,
420 de forma que se abstém de votar”. A seguir, a Presidente ressaltou que este
421 Conselho aprovou o voto de vistas da conselheira Tânia Kinsasz, pela
422 aprovação do relatório da Comissão instituída no CONSUNI e a proposta 02 do
423 relatório com reajuste no valor da refeição do RU de janeiro a junho R\$ 2,00 e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



424 a partir de julho R\$ 2,50, ampliação nos dias de funcionamento de 200 para
425 260 dias ao ano e aprovação de resolução, no próximo ano, de normativa
426 sobre o RU como equipamento da política de alimentação. Prosseguindo a
427 pauta, o conselheiro Fabrício Lima da Paz apresentou seu relato de vistas ao
428 processo nº 23108.922186/2018-94, referente a aprovação do relatório de
429 atividades do biênio 2016-2017 e plano de trabalho para o biênio 2018-2019 do
430 Núcleo de Pesquisas Econômicas e Socioambientais - NUPES, acompanhando
431 o relato do conselheiro Antonio Tsukamoto Filho, favorável à aprovação do
432 relatório e do plano de trabalho do NUPES. Em votação, o voto foi aprovado
433 com 45 votos favoráveis e 03 abstenções, conforme Decisão CONSUNI Nº
434 20/2018. Em continuidade, o conselheiro Matheus Henrique Morais Junqueira
435 de Araújo apresentou seu relato de vistas sobre o Processo nº 23108.954673-
436 2018-16, interessado Auditoria Interna da UFMT, que dispõe sobre Política de
437 Gestão de Risco e o Comitê Gestor de Governança, Riscos e Controle, sendo
438 o voto favorável à aprovação da matéria, acompanhando o voto do relator
439 Dirceu Grasel. Em votação, a matéria foi aprovada, com 45 votos favoráveis e
440 03 abstenções, consubstanciando a Resolução CONSUNI Nº 24/2018.
441 Seguindo, a conselheira Aline Beatriz Mucelline apresentou o Processo nº
442 23108.992927/2018-02, que dispõe sobre solicitação encaminhada pela
443 PROPLAN de prorrogação da vigência do PDI da UFMT, em seis meses, para
444 finalizar a proposta do novo PDI que se encontra em discussão na instituição.
445 Após discussão, a matéria foi aprovada com 44 votos favoráveis e 04
446 abstenções, consubstanciando a Resolução CONSUNI Nº 25/2018.
447 Prosseguindo, o conselheiro Paulo César Correa da Costa apresentou seu voto
448 sobre o processo nº 23108.960738/2018-62, requerente Fernanda Macitelli
449 Benez, que dispõe de solicitação em grau de recurso sobre permuta entre
450 docentes, cujo voto pelo indeferimento da solicitação. Em discussão, o
451 conselheiro Guilherme Luz Emerik registrou que a requerente afirma que o
452 Diretor do ICAA deu despacho no dia 02 de agosto, informando que não tinha
453 conhecimento da vaga, mas tinha recebido a vaga no dia 01; a afirmativa não é
454 verdadeira, pois o documento contendo a vaga foi recebido via e-mail somente
455 no dia 08 de agosto, conforme informado à requerente em outro processo.
456 Após ampla discussão, o voto, pelo indeferimento do pedido foi aprovado com
457 32 votos favoráveis e doze abstenções, conforme Decisão CONSUNI Nº
458 21/2018. Seguindo, o processo nº 23108.931076/2018-13 foi retirado de pauta
459 devido à ausência justificada da relatora. A seguir, o conselheiro Bruno Cesar
460 de Moraes, sugeriu transferir a análise do processo nº 23108.954920/2018-4,
461 que dispõe sobre proposta de revisão da Resolução CONSUNI nº 09/1995 para
462 a próxima reunião, por ser um relato longo e o adiantado da hora, sendo
463 aprovado pelos demais conselheiros. Em assuntos gerais, o conselheiro
464 Fernando Tadeu de Miranda Borges noticiou com pesar o falecimento do
465 professor aposentado Bendito Pinheiro de Campos, destacando seu grande
466 trabalho na área cultural desde o início da UFMT, de forma que a UFMT hoje
467 está mais triste e propôs a realização de um sarau em homenagem ao
468 professor Benedito Pinheiro de campos. A seguir, a conselheira Marluce A.
469 Souza e Silva lamentou que a mesa não observou a questão de ordem sobre a
470 discussão da política de alimentação, entendendo que o relatório da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



471 conselheira era ambíguo já que analisou um relatório que não discutimos e o
472 resultado da votação irá trazer desmembramentos desagradáveis. O
473 conselheiro Luiz Guilherme Carvalho chamou a atenção que o relatório da
474 comissão contém dois encaminhamentos que não foram aprovados pela
475 comissão. Prosseguindo, o conselheiro Fabricio da Paz retomou a sua
476 proposta apresentada em informes de aprovação de uma moção de repúdio
477 contra a Faculdade de Direito, pelo de restringir o acesso de aluno no prédio da
478 faculdade e leu sua minuta da moção. O conselheiro Roberto Boaventura
479 manifestou sobre a proposta, entendendo que seria uma intromissão deste
480 conselho superior na Faculdade e sugeriu ao conselheiro apresentar o fato
481 ocorrido na congregação da Faculdade de Direito, entendendo que esria um
482 constrangimento esse conselho fazer uma intervenção administrativa a uma
483 unidade. A conselheira Léia de Oliveira observou sem entrar no mérito que o
484 fato apresentado pelo conselheiro Fabricio é preocupante de uma unidade
485 fechada em determinado período, mas entende que o CONSUNI não pode
486 aprovar um repúdio contra um membro sem o direito a defesa e sugeriu que a
487 proposta não fosse votada hoje e transformada em ponto de pauta da próxima
488 reunião a fim de ser debatida com maior profundidade. O conselheiro Fabricio
489 acata a sugestão e ponderou que não se trata repúdio contra o diretor, mas
490 uma recomendação contra ao ato de cercear a entrada de estudantes no
491 espaço da faculdade e que a nota é para toda a universidade. A Presidente
492 orientou ao conselheiro que seja iniciado um processo o SEI para ser pautado
493 e todas as partes poderão se manifestar nos autos. Seguindo, a conselheira
494 Ellen Luiza Gomes de Araujo solicitou a Presidente e a conselheira Tereza
495 Veloso solidariedade quanto a situação de insegurança alimentar apresentada
496 no RU e disse que as normas de vigilância sanitárias não estão sendo
497 cumpridas, ressaltando que os estudantes estão expostos a situações
498 insalubres, sendo que já denunciou ao Pró-Reitor Administrativo Bruno de
499 Moraes em teve providências. O conselheiro Bruno Moraes salientou que
500 esses pontos foram apresentados pela conselheira Ellen a Ouvidoria e a
501 PROAD já respondeu e também, a Vigilância Sanitária fez uma visita no RU e
502 até o momento a UFMT não recebeu nenhuma notificação. Agradeceu a
503 preocupação da conselheira e afirmou que todos os questionamentos foram
504 respondidos. Em continuidade, a conselheira Loyse Tussolini teceu
505 considerações sobre o relatório da comissão para estudo da política de
506 alimentação, entendendo que deveria ter sido realizadas consultorias
507 administrativas/econômicas para aprofundar os estudos sobre a melhor forma
508 de gerir o RU e disse que não tem clareza, conforme o relatório, quanto será a
509 economia para a universidade com o aumento do RU, de forma que o trabalho
510 perde a credibilidade e o Conselho aprova uma matéria sem cunho científico
511 nenhum e salientou que devido a este problema e a greve estudantil, o câmpus
512 do Araguaia perdeu os professores substitutos porque quando retornou as
513 aulas os professores não tinham mais contratos e ponderou que nesse
514 momento o Conselho não decidiu de forma cautelosa. A Presidente observou
515 que a comissão trabalhou e buscou a contribuição dos técnicos do orçamento,
516 não conseguiu apresentar uma proposta única mas disse que a matéria já
517 estava encerrada e agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a ser



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



518 dito e nem tratado, a Presidente encerrou a sessão, sendo lavrada esta ata por
519 mim, Elenir Motta Sanches Arruda, Secretária dos Órgãos Colegiados
520 Superiores, que a escrevi e subscrevi, após lida e aprovada pelo Plenário do
521 Conselho Universitário.